

RECEBIDO 06 MAR. 2019

Exmo.(a) Sr.(a)  
Gerente da Empresa  
Ambimed - Gestão Ambiental, Limitada  
Rua Fernando Pessoa, n° 8 C  
2560-241 Torres Vedras

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

**OF\_DPCA\_CL\_2508/2019**

DPCA 79/2016 – OGR 65/2016

**Assunto|Subject**

Envio de Alvará de Licença n° 2/2019/CCDR-N, para a realização de operação de gestão de resíduos da empresa Ambimed - Gestão Ambiental, Limitada, para a instalação sita no Ecoparque Braval, Lugar do Monte de Além, Pedralva, Braga

Para os devidos efeitos, no âmbito do pedido de licenciamento para a realização de operações de gestão de resíduos, junto se envia a V. Ex.<sup>a</sup> o original do Alvará de Licença n° 2/2019/CCDR-N, em nome da empresa Ambimed - Gestão Ambiental, Limitada, para a instalação Ambimed – Centro de Operações de Gestão de Resíduos, localizada no Ecoparque Braval, Lugar do Monte de Além, na freguesia de Pedralva, concelho de Braga.

Com os melhores cumprimentos.

Diretora de Serviços do Ambiente



Paula Pinto

**Anexos:** Original do Alvará de Licença n° 2/2019/CCDR-N

**ALVARÁ DE LICENÇA PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE  
RESÍDUOS**

**N.º 2/2019/CCDR-N**

DPCA\_79/2016 - OGR\_65/2016

Nos termos do artigo 33.º, do Anexo II, do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho que altera e republica o Decreto-lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, é emitido o presente alvará de licença à empresa **Ambimed - Gestão Ambiental, Limitada**, detentora do NIF 503 593 427, com sede na Rua Fernando Pessoa, 8 C, 2560-241 Torres Vedras, para a instalação **Ambimed – Centro de Operações de Gestão de Resíduos**, para as operações de tratamento de resíduos do ponto I do artigo 23º, da atual redação do Decreto-lei n.º 178/2006, de 5 de setembro.

Operação de gestão de resíduos:

- Tratamento de resíduos não perigosos e perigosos (art.º 23º, do Anexo II, do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho) – CAE 38212, 38220, 38321 e 38322 (Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos, Tratamento e eliminação de resíduos perigosos, Valorização de resíduos metálicos e Valorização de resíduos não metálicos), de acordo com o Anexo IV, do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho.

O presente alvará de licença é válido de 26 de fevereiro de 2019 até 26 de fevereiro de 2024 ficando a realização das operações de resíduos sujeita ao cumprimento integral das especificações em anexo, as quais fazem parte integrante do presente alvará.

CCDR-N, 26 de fevereiro de 2018

A Diretora de Serviços de Ambiente

(Paula Pinto)

## Especificações anexas ao alvará n.º 2/2019/CCDR-N

### 1. Identificação da Instalação:

Ecoparque da Braval, Lugar do Monte de Além, 4715-000 Pedralva		
Freguesia: Pedralva	Concelho: Braga	
Telefone: 253141750	Fax:	
Endereço eletrónico:	ambimed@ambimed.pt	
Georreferenciação	Latitude = 41.574878	Longitude = -8.317443
Técnico Responsável	Sérgio Paulo Tavares Azevedo	

### 2. Descrição da Atividade

- 2.1. Esta licença é válida para o tratamento de resíduos não perigosos e perigosos, destinados às operações de valorização de resíduos R13 – Armazenamento de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde os resíduos foram produzidos), bem como para a operação de eliminação D15 – Armazenamento antes de uma das operações enumeradas de D1 a D14 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde os resíduos foram produzidos) conforme consta no Anexo II, do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho.
- 2.2. Os resíduos em questão após recolha e transporte por viaturas próprias da empresa, são encaminhados para a instalação, onde são descarregados e sujeitos a identificação e quantificação. Registe-se que a empresa em causa promove protocolos com os clientes/produtores de resíduos e distribui para o efeito recipientes para um adequado armazenamento de resíduos na origem. Após receção e verificação dos resíduos, de acordo com a sua tipologia, são encaminhados para armazenamento em zonas devidamente identificadas e destinadas para esse efeito. Posteriormente todos os resíduos serão encaminhados para empresas e operadores devidamente licenciados para o efeito.

- 2.3. A atividade de gestão de resíduos contemplada neste licenciamento ocupa uma área total de 64,70 m<sup>2</sup>, a qual se distribui por três zonas: zona ZAI, localizada sob coberto e equipada com contentores para armazenamento de resíduos não perigosos; zona ZA2, localizada dentro do pavilhão, equipada com rede de drenagem, destinada ao armazenamento de resíduos perigosos e não perigosos, os quais se encontram devidamente acondicionados e identificados por código LER; zona ZA3, localizada no espaço exterior, a qual inclui contentores para armazenamento de resíduos de papel e de plástico. Registe-se que esta instalação pertencente à empresa Ambimed, no seu todo ocupa uma área bruta total de 2500,00 m<sup>2</sup>, sendo que para além do espaço, devidamente identificado e individualizado, destinado às operações de gestão de resíduos explanadas nesta licença, comporta um espaço destinado à gestão de resíduos hospitalares - Unidade de Tratamento e Armazenamento Temporário de Resíduos Hospitalares de Braga (detentor da Licença Ambiental (LA) n° 393/I.0/2016), e contempla um espaço de carácter administrativo e respetivas instalações sanitárias, comum a ambas as atividades em causa.
- 2.4. Os principais equipamentos afectos à atividade são um porta-paletes, um instrumento de pesagem de funcionamento não automática e um empilhador elétrico.
- 2.5. Esta licença somente é válida para os seguintes resíduos, classificados com os códigos LER (Lista Europeia de Resíduos)

Código LER	Tipo de resíduo	Código Operação	Quantidade máxima anual (t/ano)
02 03 04	Materiais impróprios para consumo ou processamento.	D15	1,56
07 05 99	Resíduos sem outras especificações - resíduos de produtos farmacêuticos diversos/ resíduos de produtos dietéticos/ resíduos de suplementos alimentares	R13/ D15	1,99
07 06 99	Resíduos sem outras especificações - resíduos de produtos de cosmética e higiene pessoal/ resíduos de produtos de limpeza e desinfetantes/ suplementos alimentares	R13/ D15	0,99
08 01 11 (*)	Resíduos de tintas e vernizes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas.	R13/ D15	0,94
08 01 12	Resíduos de tintas e vernizes não abrangidos em 08 01 11.	R13/ D15	0,94
08 01 17 (*)	Resíduos da remoção de tintas e vernizes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas.	R13/ D15	0,94

(O presente Alvará de Licença só pode ser reproduzido no seu todo ( 9 páginas))

08 01 18	Resíduos da remoção de tintas e vernizes não abrangidos em 08 01 17.	R13/ D15	0,94
08 04 09 (*)	Resíduos de colas ou vedantes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas.	D15	0,94
15 01 01	Embalagens de papel e cartão	R13	52,00
15 01 02	Embalagens de plástico	R13	36,86
15 01 03	Embalagens de madeira	R13	15,60
15 01 04	Embalagens de metal	R13	1,56
15 01 05	Embalagens compósitas	R13	1,27
15 01 06	Misturas de embalagens	R13	23,88
15 01 07	Embalagens de vidro	R13	1,31
15 01 10 (*)	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	R13/ D15	22,35
15 01 11 (*)	Embalagens de metal, incluindo recipientes vazios sob pressão, com uma matriz porosa sólida perigosa (por exemplo, amianto)	R13/ D15	1,63
15 02 02 (*)	Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de protecção, contaminados por substâncias perigosas	D15	0,78
15 02 03	Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de protecção não abrangidos em 15 02 02	D15	0,94
16 02 14	Equipamento fora de uso não abrangido em 16 02 09 a 16 02 13	R13	13,00
16 02 16	Componentes retirados de equipamento fora de uso não abrangidos em 16 02 15	R13	13,00
16 03 03 (*)	Resíduos inorgânicos contendo substâncias perigosas	R13/ D15	0,50
16 03 04	Resíduos inorgânicos não abrangidos em 16 03 03	R13/ D15	0,94
16 03 05 (*)	Resíduos orgânicos contendo substâncias perigosas	R13/ D15	0,83
16 03 06	Resíduos orgânicos não abrangidos em 16 03 05	R13	0,94
16 05 04 (*)	Gases em recipientes sob pressão (incluindo halons) contendo substâncias perigosas	D15	0,94
16 05 06 (*)	Produtos químicos de laboratório contendo ou compostos por substâncias perigosas, incluindo misturas de produtos químicos de laboratório	D15	3,79
16 06 01 (*)	Acumuladores de chumbo	R13	1,56
16 10 01 (*)	Resíduos líquidos aquosos contendo substâncias perigosas	D15	1,30
19 08 09	Misturas de gorduras e óleos, da separação óleo/água, contendo apenas óleos e gorduras alimentares	D15	0,95
19 09 04	Carvão activado usado	D15	0,94
19 09 05	Resinas de permuta iónica, saturadas ou usadas	D15	0,94
20 01 01	Papel e cartão (a)	R13	18,83

20 01 02	Vidro (a)	R13	1,82
20 01 19*	Pesticidas (a)	D15	0,95
20 01 21 (*)	Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio (a)	R13	1,25
20 01 25	Óleos e gorduras alimentares (a)	R13	27,48
20 01 27 (*)	Tintas, produtos adesivos, colas e resinas contendo substâncias perigosas (a)	R13/ D15	0,94
20 01 29*	Detergentes contendo substâncias perigosas (a)	R13/ D15	0,94
20 01 32	Medicamentos não abrangidos em 20 01 31	R13/ D15	5,54
20 01 33 (*)	Pilhas e acumuladores abrangidos em 16 06 01, 16 06 02 ou 16 06 03 e pilhas e acumuladores não triados contendo essas pilhas ou acumuladores (a)	R13	1,56
20 01 35 (*)	Equipamento eléctrico e electrónico fora de uso não abrangido em 20 01 21 ou 20 01 23 contendo componentes perigosos (2) (a)	R13	13,00
20 01 36	Equipamento eléctrico e electrónico fora de uso não abrangido em 20 01 21, 20 01 23 ou 20 01 35 (a)	R13	13,00
20 01 39	Plásticos (a)	R13	5,15
20 01 40	Metais (a)	R13	13,00
20 01 99	Outros resíduos sem outras especificações - resíduos de produtos de higiene feminina/ resíduos de dispositivos contendo dados confidenciais (CD's)/ lotes de produtos fora de mercado (a)	R13/ D15	1,56
20 03 01	Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos (a)	D15	24,36
20 03 07	Monstros (a)	R13/ D15	15,60
20 03 99	Resíduos urbanos e equiparados sem outras especificações - lotes de produtos fora de mercado (a)	D15	2,60

(a) Provenientes só de grandes produtores com uma produção diária igual ou superior a 1100 litros.

nos termos da Decisão 2014/955/UE, que altera a Lista Europeia de Resíduos (LER), publicada pela Decisão 2000/532/CE, referida no art.º 7º, da Diretiva 2008/98/CE. A capacidade instantânea de armazenamento é de 1,06 toneladas para os resíduos perigosos e de 5,76 toneladas para os resíduos não perigosos. No respeitante à gestão dos resíduos supramencionados a quantidade máxima anual de resíduos a manusear é de 354.63 toneladas, das quais cerca de 284,06 toneladas são sujeitas à operação de valorização R13, e 70,53 toneladas são destinadas à operação de valorização D15.

### **3. Condições a que ficam submetidas as operações de gestão de resíduos**

- 3.1. A instalação deverá contemplar medidas de prevenção dos riscos de incêndio e de explosão, em conformidade com normas em vigor para proteção de incêndio e de explosão, bem como medidas de segurança, autoproteção de um plano de emergência interno relativo à prevenção de riscos, sistemas de alarme, de evacuação e de emergência.
- 3.2. O titular desta licença é ainda responsável pelo cumprimento de toda a legislação aplicável à presente atividade de gestão de resíduos, nomeadamente, em matéria de ambiente e de higiene, saúde e segurança no trabalho, sem prejuízo do cumprimento de todas as condições que venham a ser impostas, em qualquer momento, pela CCDRN ou por outras entidades no âmbito das suas competências.
- 3.3. O transporte de resíduos terá que ser efetuado de acordo com as disposições da Portaria nº 145/2017 de 26 de abril, acompanhado com as devidas e-GAR.
- 3.4. Deverá manter em arquivo nas instalações um processo devidamente organizado e atualizado, devendo nele incluir todos os elementos de licenciamento e ambientalmente relevantes, para disponibilização às entidades fiscalizadoras.
- 3.5. Em caso de ocorrência de qualquer situação suscetível de gerar efeitos adversos sobre a saúde humana e/ou ambiente, o operador deve notificar a CCDRN desse facto, tão rapidamente quanto possível e no prazo máximo de 24 horas após a ocorrência.
- 3.6. A operação de armazenagem de REEE deverá acautelar o cumprimento dos requisitos relativos à armazenagem, assim como os relacionados com o registo de entradas e saídas de resíduos constantes do documento sobre "Requisitos mínimos de qualidade e eficiência a cumprir pelos operadores de tratamento de resíduos no contexto do fluxo específico dos REEE", disponível em <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=84&sub2ref=197&sub3ref=290>.
- 3.7. A atividade de tratamento de pilhas e acumuladores deverá acautelar o cumprimento dos requisitos constantes do documento "Requisitos de Qualificação a cumprir pelos Operadores de

Tratamento de Resíduos no contexto do fluxo específico das Pilhas e Acumuladores”, disponível em:

[http://www.apambiente.pt/\\_zdata/Políticas/Resíduos/FluxosEspecificosResíduos/RPA/Requisitos\\_Qualificacao\\_Operadores\\_RPA\\_v1\\_0.pdf](http://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/Resíduos/FluxosEspecificosResíduos/RPA/Requisitos_Qualificacao_Operadores_RPA_v1_0.pdf), bem como as especificações explanadas no Decreto-lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro.

- 3.8. A operação de gestão de resíduos perigosos deverá ser realizada em conformidade com os procedimentos estabelecidos no “Regulamento das Unidades de Gestão de Resíduos Perigosos”, aprovado, por despacho de 10.12.2009 do Diretor-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, ao abrigo do artigo 11º, do Decreto-lei n.º 178/06, de 5 de setembro, e disponibilizado em [http://www.apambiente.pt/\\_zdata/Regulamento%20das%20Unidades%20de%20Gestao%20de%20residuos%20Perigosos%20no%20CIRVER.pdf](http://www.apambiente.pt/_zdata/Regulamento%20das%20Unidades%20de%20Gestao%20de%20residuos%20Perigosos%20no%20CIRVER.pdf)
- 3.9. Os operadores devem colocar resíduos contendo materiais com características de ignescência, reatividade, ou corrosibilidade, longe de fontes de ignição. Este tipo de proteção implica a colocação de avisos como «proibido fumar» e «proibido o uso de telemóveis». Iguais precauções devem ser exercidas sobre a armazenagem, num mesmo local, de resíduos que sejam incompatíveis ou que possam reagir facilmente entre si, mesmo quando armazenados em locais distintos mas próximos, devido à potencial mistura de escorrências ou derrames.
- 3.10. A unidade deverá dispor de fichas de segurança com indicação do nome dos resíduos, da sua natureza, das características físicas e químicas, dos elementos de proteção individual e das normas de atuação no caso de incêndios e primeiros socorros.
- 3.11. No respeitante à gestão de embalagens e de resíduos de embalagens o titular desta licença deverá dar cumprimento aos princípios e normas aplicáveis definidos no Decreto-lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro.
- 3.12. O titular desta licença deverá assegurar o cumprimento dos requisitos estipulados pelo Decreto-lei n.º 267/2009, de 29 de setembro, Regime Jurídico da Gestão de Óleos Alimentares Usados (OAU).

*Guilherme*



- 3.13. A armazenagem dos óleos alimentares usados até à sua recolha e expedição para destinos finais, deverá ser realizada em local impermeabilizado e munido de bacias de retenção e de separador de gorduras, com capacidade adequada para assegurarem a retenção de eventuais derrames e de modo a evitar escorrências para o solo, suscetíveis de contaminação dos solos, das águas subterrâneas ou superficiais.
- 3.14. A zona de tratamento de resíduos de óleos alimentares usados deverá estar dotada de dispositivo que permita o confinamento de eventuais derrames. Em caso de derrame não deverão ser efetuadas operações de lavagem, e, quando necessário, a limpeza de pavimento contaminado deverá ocorrer a seco, com utilização de absorventes sólidos, recolhidos para posterior tratamento.
- 3.15. Deverá dar cumprimento à Lei n.º 54/2012, de 6 de setembro, que define os meios de prevenção e combate ao furto e de receção de metais não preciosos com valor comercial e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização da atividade de gestão de resíduos, assim como às medidas previstas na mesma. Na sequência do preceituado no n.º 2, do artigo 5.º, da Lei n.º 54/2012, de 6 de setembro, a comunicação prévia deverá ser remetida para o seguinte endereço de e-mail: [lei54metais@rnsi.mai.gov.pt](mailto:lei54metais@rnsi.mai.gov.pt)
- 3.16. Os resíduos biodegradáveis ou de rápida degradação (inseridos nos subcapítulos 20 01, 20 02 e 20 03 e constantes da listagem dos Resíduos admissíveis) deverão estar condicionados em recipientes fechados, estanques e não poderão permanecer armazenados na instalação por período superior a 2 dias.
- 3.17. O titular desta licença deverá assegurar que a atividade da empresa cumpre o estipulado no artigo 13.º do Decreto-lei n.º 9/2007, 17 de janeiro – Regulamento Geral do Ruído.
- 3.18. O abastecimento de água à unidade é feito a partir da rede pública e as águas residuais são encaminhadas para o coletor da rede de saneamento municipal, após tratamento na ETAR da empresa Braval.

- 3.19. O titular desta licença não está autorizado a efectuar qualquer descarga de águas residuais para o domínio hídrico, pelo que não são autorizadas quaisquer descargas no solo ou em curso de água, sem estarem devidamente licenciadas nos termos do Decreto-lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 3.20. A zona de armazenamento de resíduos deverá estar dotada de dispositivo que permita o confinamento ou eventuais derrames. Em caso de derrame não deverão ser efetuadas operações de lavagem, e, quando necessário, a limpeza de pavimento contaminado deverá ocorrer a seco, com utilização de absorventes sólidos, recolhidos para posterior tratamento.
- 3.21. Em caso de cessação da atividade de operação de gestão de resíduos, deverá ser apresentado à CCDRN um pedido de renúncia instruído com a documentação necessária, de modo a evidenciar que a cessação da atividade não produzirá qualquer passivo ambiental, de acordo com o artigo 40º do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho.

A Diretora de Serviços de Ambiente

(Paula Pinto)